



chkalve  
chkaive  
ash  
les = configfiles  
ip  
chkfiles  
/etc/chka  
while read portnr  
do  
if nmap -p \$portnr  
then  
echo "portnr"  
else  
echo "portnr"  
fi  
done  
chkfiles  
das  
näch  
mess  
+x



# **PROFUNCIONÁRIO: uma política eficaz de profissionalização dos funcionários de escola**

## *PROFESSIONAL: an effective professionalization policy for school employees*

DOI 10.15213/REDES.N15.P333

LUCIANE DA SILVEIRA BRUM<sup>1</sup>, JONATHAN DONATO PIPPI<sup>2</sup>, ANA LÚCIA DOS SANTOS<sup>3</sup>

### **RESUMO**

No presente estudo, tem-se como objetivo a realização de análise teórica a respeito da Rede e-Tec Brasil, em especial no contexto do Programa Profucionário. Tal estudo teve como base teórica as Orientações do Ministério da Educação, em especial à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2012) e no Ministério da Educação, na página Rede e-Tec Brasil<sup>4</sup>, além de autores como Monlevade (2008, 2009), Moraes (2009) e Nascimento (2006). O estudo realizado visa contribuir com o entendimento acerca desta política pública direcionada aos funcionários de escolas, bem como para aperfeiçoamento em relação à oferta de cursos na modalidade de ensino a distância. Como resultado pode-se dizer que a Rede e-Tec Brasil proporcionou, além da formação profissional e técnica aos funcionários, não

---

1 Licenciada em Letras: Língua Portuguesa (UNIFRA), Especialista em TIC aplicadas à educação (UFSM), Mestranda em Tecnologias Educacionais em Rede (UFSM), Professora da Rede Pública de Ensino (RS) e Coordenadora de Tutoria do Profucionário - CEAD Santa Maria/RS.

2 Licenciado em Sistema de Informação (UNIJUÍ), Especialista em Informática da Educação (UNIFRA), Mestrando em Tecnologias Educacionais em Rede (UFSM), Professor da Rede Pública de Ensino (RS) e Coordenador de Tutoria do Profucionário - CEAD Santa Maria/RS.

3 Pedagoga (UNIFRA), Especialista em Alfabetização (UNIFRA) e Gestão Educacional (UFSM), Coordenadora Pedagógica e Gestora de Escola Pública Estadual, Coordenadora de EAD e de Curso do Programa Profucionário - Instituto Federal Farroupilha Coordenação de Educação a Distância- Santa Maria/RS. contato: [anasantos@iffarroupilha.edu.br](mailto:anasantos@iffarroupilha.edu.br)

4 Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com\\_content&view=article&id=12365](http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12365)> Acesso em 01 de outubro de 2016.

docentes, das escolas públicas, a possibilidade de reflexão e transformação da prática profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** REDE E-TEC BRASIL, PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO, FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA.

### **ABSTRACT**

In the present study, the objective is to carry out a theoretical analysis regarding the e-Tec Brasil Network, especially in the context of the Profuncciónário Program. This study was based on the Guidance of the Ministry of Education, especially the Secretariat of Professional and Technological Education (BRASIL, 2012) and the Ministry of Education, on the e-Tec Brazil Network page, as well as authors such as Monlevade (2008, 2009), Moraes (2009) and Nascimento (2006). The study aims to contribute to the understanding of this public policy directed at school employees, as well as to improve the offer of distance learning courses. As a result, it can be said that the e-Tec Brazil Network has provided, in addition to professional and technical training to non-teaching staff in public schools, the possibility of reflection and transformation of professional practice.

**KEYWORDS:** E-TEC BRAZIL NETWORK, PROFUNCIÓNÁRIO PROGRAM, SCHOOL OFFICIALS.

### **INTRODUÇÃO**

A Rede e-Tec Brasil, instituída pelo Decreto nº 7.589 de 26 de outubro de 2011, é uma ação do Ministério da Educação com a “finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País”<sup>5</sup>.

Essa ação, aderida pelas Instituições da Rede Federal de Educação

---

5 Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm)> Acesso em 01 de outubro de 2016.

Profissional, Científica e Tecnológica, visa a expansão e democratização da oferta de profissionalização direcionada para o interior do país, buscando a qualificação profissional para a população residente nas periferias das cidades mais populosas, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico e social do estado.

Para tanto, toma como referência as demandas dessas comunidades e dos trabalhadores jovens e adultos que nelas residem, na tentativa de contribuir para minimizar a defasagem de formação acadêmica, das classes sociais menos favorecidas.

Logo, o principal objetivo da Rede e-Tec Brasil é ofertar cursos que proporcionem o acesso ao mundo do trabalho para jovens e adultos, inclusive para aqueles profissionais que trabalham, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades, como é o caso dos profissionais não docentes que atuam na área da educação: os funcionários das escolas.

Com base nessa constatação, justifica-se esse trabalho. Conforme as orientações do Ministério da Educação (2012, p. 50),

a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas. Tais atividades apontam para a aquisição e construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar, definido em novos perfis profissionais.

O objetivo central deste estudo é compreender o funcionamento da Rede e-Tec Brasil, especialmente a oferta de formação oportunizada aos profissionais da educação básica pelo Programa Profundonário, que tem como foco “oferecer formação profissional, em nível médio a distância, aos funcionários que atuam nos sistemas de ensino de educação básica” (BRASIL, 2012, p. 50). Assim,

uma das expressões da disposição política do Governo Federal em adotar medidas e ações concretas de intervenção voltadas para a reconstrução da identidade profissional, da cultura e das imagens desses trabalhadores em todo o país. (BRASIL, 2012, p. 29).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 previu a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica como espaços importantes para a oferta de cursos profissionalizantes, principalmente de nível médio ou pós-médio. Logo, a Rede e-Tec Brasil faz parte deste sistema.

O presente estudo foi produzido a partir do trabalho desenvolvido pela Coordenação de Educação a Distância (CEAD), Coordenação dos Cursos, Coordenação de Tutoria do Programa Profucionário - CEAD Santa Maria/RS. Primeiramente, discutiu-se sobre a oferta de cursos EAD para profissionais da educação. Após, faz-se um estudo mais aprofundado sobre a Rede e-Tec, em especial ao programa Profucionário, destinado a servidores da Educação Básica que tenham interesse em aperfeiçoar-se enquanto educadores. Optou-se por este tema, por se conhecer poucos artigos na área que dialogam sobre o Programa Profucionário.

Para atingir o objetivo do trabalho, pesquisamos materiais de orientação do Programa Profucionário elaborados pelo Ministério da Educação, em especial pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2012). Também acessamos a página da Rede e-Tec Brasil que fomenta a discussão sobre a oferta de cursos a distância para profissionais da educação básica. Além de estudos realizados por autores da área educacional, tais como Monlevade (2008, 2009), Moraes (2009) e Nascimento (2006).

Esperamos, através destes estudos, compreender o importante papel do Programa Profucionário para a profissionalização dos funcionários de escola. Dessa forma, o presente trabalho está estruturado através de um estudo sobre a Rede e-Tec Brasil e, após algumas considerações relevantes acerca do Programa Profucionário, destacando o perfil dos sujeitos envolvidos, tais como tutores e estudantes.

## **2 REDE E-TEC BRASIL**

De acordo com o Decreto nº 2494 do MEC, de 10 de fevereiro de 1998, entende-se por educação a distância: uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizado isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Hoje, no Brasil, a Educação a Distância (EAD) é uma realidade e está contribuindo para a democratização da educação, pois é uma modalidade educacional que atende à demandas de forma efetiva e sem riscos de reduzir a qualidade do ensino aos que não podem estudar de forma presencial, seja

pelo ônus financeiro, disponibilidade física de equipamentos ou mesmo pela distância.

Por meio da Educação a Distância, estudantes têm a possibilidade de interação com Tutores Presenciais responsáveis pela assessoria didático pedagógica nos Polos de Educação a Distância, locais estes, organizados em parceria com estado e municípios, com recursos tecnológicos, adequados ao atendimento aos estudantes nas proximidades de suas residências, conforme determinação da Portaria 1291 de 30 de dezembro de 2013 que estabelece as Diretrizes para a Organização dos Institutos Federais. Além disso, os estudantes da EAD, têm acesso à materiais didáticos de qualidade, elaborados por profissionais qualificados e disponibilizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), possibilitando acesso às aulas e conteúdos de qualquer lugar e a qualquer tempo.

Essa interação dos estudantes com seus colegas de curso e equipes dos Polos e a interatividade com variedade de recursos e ferramentas tecnológicas auxilia consideravelmente os estudos na modalidade EAD. Logo, a oferta de cursos a distância, em especial, aos profissionais já inseridos no campo profissional, proporciona formação inicial e continuada que presencialmente, muitas vezes, seria inviável.

Antes de ofertar uma educação profissional tecnológica a distância, vale relembrar a instauração do sistema EAD no Brasil. Sob a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, ela é regulamentada pelo Decreto nº 5.622 de dezembro de 2005 e pela Portaria Ministerial nº 4.361/2004. A partir daí, teve início uma transformação na forma de estudo, desde uma alternativa mais democrática e também apresentando-se como solução para pessoas que não tinham acesso aos grandes Polos educacionais.

Com o objetivo de ofertar uma educação profissional e tecnológica a distância e assim ampliar e democratizar o acesso, também a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos é que foi lançado, em 2007, o sistema Rede e-Tec Brasil. Para tal sistema ser ofertado, ocorreu uma colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Desta forma, os cursos são ministrados por instituições públicas, tendo como responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos o MEC/SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), que conta com os estados, Distrito Federal e municípios no comprometimento em providenciar estrutura física, equipamentos, recursos humanos para a manutenção das atividades de efetivação dos cursos.

Como exemplo, e dentre as ações está a integração com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Através de

programas como o sistema Rede e-Tec Brasil, é possível oferecer profissionalização também a distância, com o intuito de contribuir para a permanência e conclusão do Ensino Médio pelos estudantes jovens e adultos, haja vista que conforme dados do Censo de Educação Básica, em 2014, apontam para a redução de matrículas no ensino médio. Assim, torna-se importante a efetivação de programas que impulsionam a permanência destes jovens na escola e que, de alguma forma, já contribua na profissionalização dos mesmos.

Dessa forma, percebe-se que políticas públicas adotadas, como por exemplo o sistema Rede e-Tec Brasil, tornam-se de indiscutível relevância social a medida em que contribuem para a elevação da escolaridade dos jovens brasileiros, além de fortalecer e oportunizar possibilidades de formação profissional a estes cidadãos em idade escolar.

De acordo com o portal do MEC, o público alvo da Rede e-Tec Brasil são jovens e adultos, professores vinculados diretamente à Rede e-Tec Brasil, estudantes regularmente matriculados no ensino médio para cursos técnicos concomitantes, estudantes que concluíram o ensino médio para os cursos técnicos subsequentes, estudantes que concluíram o ensino fundamental para os cursos técnicos vinculados à educação de jovens e adultos – PROEJA, e estudantes e professores participantes de programas de educação de jovens e adultos (EJA).

Entre alguns cursos já ofertados pela Rede e-Tec Brasil encontram-se os seguintes: Cursos Técnicos em Logística, Manutenção e Suporte em Informática, Administração, Controle Ambiental, Meio Ambiente, Secretariado, Agroecologia e Serviços Públicos. Estes cursos são ofertados gratuitamente e com período de duração conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Um dos primeiros ofertados, foi o Curso Técnico em Agronegócio, voltado para a realidade do campo, oportunizando aos que lá vivem, realizar estudos a distância e referentes à sua atividade profissional, necessitando se locomover ao polo de educação a distância onde o curso é ofertado, apenas para realizar as provas práticas.

Cabe ressaltar também que com a oferta destes cursos, nos inúmeros Polos de Educação a Distância, localizados nos municípios, a Rede e-Tec Brasil promove também, oportunidade de atuação profissional remunerada para estudantes e profissionais da educação, que atuam como tutores e formadores em suas comunidades de origem ou nas quais residem.

Outro importante desdobramento da Rede e-Tec Brasil é o Programa Profucionário, instituído a partir da necessidade de políticas de profissionalização dos funcionários de escolas, já que:

a figura dos funcionários que antes contribuíam para a educação dos estudantes se extinguiu. Assim como as bancadas eram um apoio para o corpo dos alunos, as mesas um apoio para os livros, cadernos e tinteiros, os escravos serviçais eram um simples apoio para as atividades de ensino. No limite, estes eram desnecessários e suas funções podiam ser feitas pelo professor e pelos alunos. De 1772, quando começaram as aulas régias, até 1822, ano da Independência do Brasil, [...] as aulas de ensino básico e dos primeiros cursos superiores funcionavam na maioria em prédios adaptados ou cedidos, como quartéis do Exército e da Polícia, e até em cadeias públicas. [...] a quantidade e qualidade da educação escolar naquela época caem na proporção da inexistência ou servidão dos funcionários. (MONLEVADE, 2008, p. 42).

Nesse sentido, dado o contexto acima abordado e o importante papel do Programa Profucionário para e na política de profissionalização dos funcionários de escola, discutiremos esse assunto com maior ênfase no capítulo a seguir.

### **3 PROGRAMA PROFUCIONÁRIO**

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB nº 9394, sancionada no ano de 1996, prevê a educação profissional como modalidade que “integra as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (Art. 39 apud BRASIL, 2012, p. 23). Sendo assim, no ano de 2012, numa parceria, primeiramente, do MEC com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e, após com a SETEC, o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profucionário, que tem como objetivo “desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, visando a contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação básica pública” (BRASIL, 2012, p. 5).

O Profucionário, a primeira ação política de governo voltada para a formação profissional de funcionários da educação, surgiu, principalmente, da necessidade de cumprir com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que estabelece “a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da Educação” (Art. 2º - XII apud BRASIL, 2012, p. 23). Esses profissionais são entendidos pela lei, como aqueles em efetivo exercício na educação escolar



básica, provendo de formação em cursos reconhecidos.

Do ponto de vista legal e normativo, o programa precisa atender tanto aos dispositivos constitucionais e da LDB como às diretrizes curriculares da etapa e das modalidades que o constituem. Logo, a qualidade do curso faz-se pela “valorização dos educadores, pela participação democrática de toda a comunidade escolar e pela construção de novas competências dos técnicos que serão formados” (BRASIL, 2012, p. 23).

Os cursos do Programa Profucionário tem o intuito de formar Técnicos em Alimentação Escolar; Infraestrutura Escolar; Multimeios Didáticos; Secretaria Escolar; Biblioteca; e Orientação Comunitária. Contudo, essa formação vai mais além:

não se trata somente de multiplicar as habilidades da merendeira, de inserir o pessoal da limpeza no mundo da higiene química, de informatizar as ações dos auxiliares de secretaria e de biblioteca, de modernizar os aparatos de segurança. Para terem identidade de educadoras e educadores, as técnicas e as tecnólogas em multimeios didáticos, em alimentação, em infraestrutura e em gestão escolar precisam assumir o compromisso com o projeto político pedagógico da escola e com a gestão democrática do sistema de ensino, engajar-se na formação continuada, no trabalho cotidiano de planejamento e avaliação coletiva do espaço e do tempo escolares (MONLEVADE, 2009, p. 350).

Para dar conta da demanda exposta acima por Monlevade (2009), fez-se necessária a constituição de uma equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do material didático tanto para a formação pedagógica, quanto para a formação específica e às práticas profissionais supervisionadas (PPS). Estas últimas entendidas como tarefas em que o estudante tem a oportunidade de aplicar e usar os conhecimentos que foram adquiridos nos núcleos da formação pedagógica e da formação específica, na sua escola de atuação.

Como em todo curso técnico, nos cursos do Programa Profucionário também existe a exigência legal da realização de atividades práticas, objetivando a utilização dos conhecimentos adquiridos, reformulados e produzidos por meio dos estudos de conteúdos teóricos, na execução prática das suas funções profissionais. Essa aproximação maior entre teoria e prática é o foco principal dessas práticas.

Neste sentido “A PPS é um lugar e um momento em que o aplicar e usar

conhecimentos se tornam problemáticos, críticos, exigindo compreensão, explicação, construção e reconstrução do saber e do saber fazer” (BRASIL, 2012, p. 59), pois abrange um novo olhar deste estudante, já profissional com uma bagagem intelectual e (pré) conceitos internalizados, a respeito do contexto escolar no qual está inserido. A proposta da PPS é de que as atividades cotidianas, realizadas automatizadamente, transformem-se em práticas refletidas e planejadas de forma a contribuir efetivamente com o desenvolvimento das atividades educativas da escola. Essa prática tem a incumbência de oportunizar reflexões e desacomodação, que conduzam o funcionário de escola a reconstrução da sua identidade profissional e ao entendimento da sua função humana e social enquanto trabalhador da educação.

A proposta do Profucionário é inovadora do ponto de vista da modalidade de ensino-aprendizagem, uma vez que o processo de ensino se dá pela Educação a Distância – EAD, que “torna mais acessível a educação formal e ajuda a repensar a tradição pedagógica” (BRASIL, 2012, p. 34). Contudo, tal modalidade requer o acompanhamento de um tutor e, para o programa em discussão, de um professor com algumas qualidades básicas, tais como “a identidade com a concepção e objetivos do Profucionário; domínio de conteúdo de sua área de conhecimento, pedagógico ou técnico; capacidade de executar a transposição didática do ensino presencial para a educação a distância” (BRASIL, 2012, p. 37). Também, leva-se em consideração a confecção de um calendário de encontros presenciais, que são “básicos para permitir o avanço no conhecimento pelo diálogo” (BRASIL, 2012, p. 39); e materiais didáticos adequados ao público-alvo.

O ensino do Profucionário é ofertado pelos Institutos Federais que se responsabilizam em oferecer uma carga horária de 1.500 horas e, destas, 80% na modalidade a distância, em ambientes virtuais de aprendizagem e 20% efetivadas em encontros presenciais, nos Polos de Educação a Distância, sob acompanhamento de um Tutor Presencial. “O ambiente virtual será mais uma opção pedagógica para o relacionamento do estudante com o seu tutor e outros atores envolvidos no curso” (BRASIL, 2012, p. 40). Logo, é indispensável, primeiramente, conhecer o sujeito em formação, ou seja, o Profucionário deve ter como base as necessidades situacionais dos educandos e também de seus respectivos locais de trabalho.

Neste sentido, os cursos de formação técnica do Programa Profucionário exigem do estudante a ampliação de conhecimentos quanto à realidade escolar e também sobre a importância da atuação consciente dos profissionais da educação. Para tanto, é preciso:

problematizá-la e refletir sobre a sua função social, sobre seus papéis na comunidade, sobre o seu trabalho educativo, sobre a produção de cultura e de identidade, sobre a formação da cidadania, sobre a preservação, sobre a conservação ambiental e do próprio prédio, sobre o projeto político pedagógico, entre muitos outros elementos. (BRASIL, 2012, p. 54)

A partir da citação acima, entende-se que este profissional escolar - estudante do Profuncionário - necessita ser valorizado no que condiz à construção de novos conhecimentos e modos de agir. Sendo assim, este profissional tem a possibilidade de transformar o seu saber em prática educativa para a construção de relações sociais mais humanizadas.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser:

contínuo ao longo do estudo de cada disciplina: com base em reflexão dialógica e participativa entre o tutor e o estudante, que devem considerar as relações entre os conhecimentos historicamente construídos, e a escola, a educação e as práticas profissionais do cotidiano, além das relações com as experiências de vida. (BRASIL, 2012, p. 80)

Por isso, cabe ao tutor e ao professor avaliar o estudante do curso Profuncionário, a partir de todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso, tais como o Memorial, o registro das 300 horas das PPS e o Relatório Final. Percebe-se, então, tutores e professores como membros de um trabalho conjunto que buscam “mediar as atividades no ambiente virtual de forma a minimizar os estranhamentos dos alunos que, podem perceber-se perdidos em um ambiente que fora pré-concebido como lúdico” (OLIVEIRA; BRITO; SOUZA; BRANCO, 2014)<sup>6</sup>.

Todos os materiais produzidos pelos alunos devem seguir o “princípio da indissociabilidade entre teoria e prática”, em que a primeira tem duplo valor já que, “é por meio dela que se pode compreender e, ao mesmo tempo, reconstruir criticamente a prática que, por sua vez, se caracteriza como saber fazer planejado” (BRASIL, 2012, p. 52). Logo, a prática só acontece com a teoria e ambas são condições críticas uma da outra.

Dentro dessa perspectiva, entende-se o papel da mediação pedagógica

---

6 Disponível em < <http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/127833.pdf>> . Acesso em 08 de agosto de 2016.

fator determinante e essencial para a consolidação da união de teoria e prática nas atividades e atitudes cotidianas. Cabe então aprofundar a discussão sobre o papel representativo dos tutores presenciais e a distância na atuação com os cursos do Programa Profucionário.

### **3.1 O OLHAR NO TUTOR**

O Programa Profucionário seleciona os tutores, através de editais públicos, que costumam ser classificados em tutores presenciais que assessoram o estudante diretamente no Polo de Educação a Distância, e em tutores a distância, que acompanham as atividades e postagens dos alunos. Cada qual atua na turma, segundo a natureza de seu trabalho nos cursos:

Os primeiros acompanham as turmas nos encontros presenciais e na supervisão da Prática Profissional Supervisionada; os segundos, especializados por disciplinas, se comunicam com os estudantes por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) ou por plantões de atendimento individual ou grupos, com foco nas dificuldades de aprendizagem e recursos de avaliação. O trabalho dos tutores em cada IF ou Instituição Estadual está sob a gestão de uma Coordenação Executiva (MEC & UFMT, 2015, p. 54-55).

A partir do exposto acima, percebemos a importância do tutor presencial, uma vez que compartilha de seus conhecimentos diretamente com o aluno, num montante de 20% da carga horária total do curso, por meio da organização e direcionamento das discussões que acontecem nos encontros presenciais da turma, no Polo.

Esses encontros presenciais, além de proporcionar ao tutor o conhecimento de seus “alunos”, são básicos para permitir o avanço no conhecimento pelo diálogo (reciprocidade de experiências) a que cientificamente se refere Paulo Freire e pela “enturmação”, que fortalece a cidadania educativa, possibilitando o exercício da gestão democrática na base do processo de ensino-aprendizagem (grifos do autor) (MEC & UFMT, 2015, p. 56-57).

O tutor a distância também merece destaque no trabalho do



Profuncionário, já que é ele o responsável por monitorar as disciplinas, além de contribuir na supervisão da PPS e nas demais atividades avaliativas. Os mesmos irão compor uma dupla de avaliadores - juntamente com o tutor presencial - a fim de resolver dúvidas e acompanhar a escrita, em especial, dos memoriais dos alunos. Essa escrita deve constar num documento “de reflexão do cursista sobre o seu movimento no curso” (MEC & UFMT, 2015, p. 64). Isso significa dizer que:

o Memorial permite ao estudante e ao tutor perceberem um conjunto de elementos do processo de formação, com a finalidade de captar visões, reflexões, sonhos, questionamentos, dúvidas, ideias, críticas e dificuldades, observarem ritmos e avanços e, assim, redirecionarem os trabalhos para que todos aprendam, considerando a história de vida de cada um, bem como seus limites e diferenças (MEC & UFMT, 2015, p. 106).

Dentre as principais atribuições dos tutores, sejam estes presenciais ou a distância, estão:

(...) o acompanhamento do processo de aprendizagem e de construção de competências e conhecimentos pelos estudantes, bem como a supervisão da prática profissional. Para tanto, devem conduzir, juntamente com o estudante o processo de avaliação, fazendo o registro e encaminhando os documentos às instâncias responsáveis. (...) Para a Prática Profissional Supervisionada, os tutores devem seguir os seguintes passos: a) planejar com o estudante as atividades, os locais, a carga horária e o cronograma; b) visitar o estudante em seu local de trabalho e em outros locais possíveis para a prática; c) apreciar e dialogar com o estudante sobre a produção escrita e sobre o sentido da prática realizada; d) verificar instituições afins para atividades da PPS, quando for o caso (MEC & UFMT, 2015, p. 63).

Diante das atribuições citadas acima, percebe-se a relevância da mediação pedagógica que deve ser realizada pelos tutores especialmente pela especificidade do público alvo dos cursos do Programa e espera-se que os tutores obedeçam a um perfil predefinido pelo Programa Profuncionário. Dentre os principais, temos:

ter formação em nível superior, licenciatura ou bacharelado, preferencialmente em Pedagogia ou em graduação afim com as habilitações oferecidas (nutrição, administração, comunicação, informática, engenharia e outras); preferencialmente ser professor ou técnico administrativo do IF ou funcionário da rede pública estadual ou municipal ou mesmo de universidades públicas que se prestem à parceria; ter conhecimento do Profundonário e compromisso com a proposta de valorização de todos os educadores no âmbito das escolas e dos sistemas de educação (MEC & UFMT, 2015, p. 64).

O processo de avaliação, entendido neste Programa em estudo, como um “ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos” (MEC & UFMT, 2015, p. 104), é conduzido através de um diálogo entre estudante e tutor, cabendo a esse registrar a aprovação daquele a cada disciplina vencida e a cada atividade planejada da PPS. Percebemos, então, a importância dos tutores, haja visto que as discussões, devem encaminhar o estudante à consciência e o direito de reconstruir e recriar a sua prática, a partir da compreensão da enorme importância que a mesma tem no ambiente educativo.

### **3.2 O OLHAR NO ESTUDANTE**

A partir da Constituição de 1988 - um importante passo para o processo histórico da educação, e conseqüentemente, àqueles que atuam nela - altera-se o conceito de profissionais do magistério para profissionais da educação, abrangendo assim, neste último, os funcionários profissionalizados e que ingressaram na função, através de seleção pública:

Art. 206 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei. (BRASIL, 1988).

Moraes (2009) discorre que, com a progressiva expansão da escolarização, percebemos que, mais do que ser instruída por professores, a população precisa ser educada por educadores, compreendendo todos os que têm presença permanente no ambiente escolar. Todos os que estabelecem contato com os estudantes são educadores, independente da função exercida. (MORAES, 2009).

Façamos, então, uma discussão sobre quem é o estudante do Programa Profucionário:

são pessoas adultas, funcionários e funcionárias em efetivo exercício na educação, com larga vivência nas rotinas de suas funções. São pessoas que sabem um saber construído na vivência cotidiana de seu fazer. Sabem um saber fazer que exprime competências adquiridas e construídas no próprio fazer (MEC & UFMT, 2015, p. 73).

Logo, constata-se que este público é específico, o que encaminha as atividades dos componentes curriculares do curso, para a prática planejada e refletida, exigindo empenho do estudante no processo de sua formação. Essa metodologia de alinhamento permanente entre teoria e prática, faz com que a atuação do próprio estudante seja determinante para o alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem.

Considerando o público específico, ou seja, os funcionários da educação que por décadas não recebeu atenção merecida pelas entidades públicas, geralmente o primeiro desafio que o estudante enfrenta ,diz respeito ao aprender a distância, pois em sua maioria os funcionários escolares são pessoas de com idade superior a 40 anos e portanto alguns não familiarizados com a crescente evolução tecnológica. No entanto, este estudante precisará:

ser capaz de auto-organizar seu tempo em função do cronograma do curso (estabelecer horários, esquemas e rotinas de estudo), incluído o tempo de participação na Plataforma: leituras, interações com tutores e colegas, e outras atividades sugeridas ou exigidas no AVA; ser organizado com os materiais de estudo; saber estudar de forma independente e autônoma, reconhecendo seu ritmo e estilo de aprendizagem; ser capaz de trabalhar em grupo, de forma colaborativa e cooperativa, sempre que necessário. (MEC & UFMT, 2015, p. 65 - 66).

Além das competências apresentadas acima, o diferencial do estudante do Profundonário é o desafio de desconstruir e (re) construir a sua própria identidade profissional, considerando a “realidade do local e da função do trabalho, com seus desafios e questionamentos, de onde parte a exigência da formação continuada de todos os profissionais da educação” (MEC & UFMT, 2015, p. 67). Isso significa dizer, também, que através da problematização de suas vivências e práticas escolares, que “o estudante poderá sentir e perceber os conhecimentos de que precisa para compreender e fazer de outro jeito (e, talvez, com outras novas intenções) o que faz todos os dias” (MEC & UFMT, 2015, p. 74).

Considera-se portanto que a contribuição do Programa Profundonário é de importância imensurável para o processo educacional como um todo. Essa política pública de valorização e profissionalização dos funcionários de escolas é resultado de uma dívida histórica do Estado com os servidores da educação. Logo, o Programa segue com o foco nos estudantes profissionais da educação e não nos docentes, já que aqueles carregam experiências cotidianas ricas de práticas profissionais, que se associadas às técnicas vigentes, trarão resultados excelentes às práticas pedagógicas. Isso significa dizer que:

parte integrante de uma sociedade historicamente permeada por componentes autoritários e patrimonialistas, os funcionários da educação desempenharam papéis distintos, seja quanto à origem, seja quanto à forma de ingresso e permanência, sempre em consonância com o modelo econômico, político e social vigente da época. (NASCIMENTO, 2006, p.73).

Além disso, não podemos esquecer que esse mesmo estudante carregado de suas práticas profissionais, também é um imigrante digital, o que exige criatividade e paciência para incluí-lo no mundo virtual. Mark Prensky, autor que cunhou as expressões “nativos” e “imigrantes digitais”, discorre que os imigrantes são os que chegaram à tecnologia digital mais tarde na vida e, por isso, precisaram se adaptar. Além disso, muitos têm dificuldade em deixar antigos métodos para trás.

Desse modo, o Programa Profundonário, além de formar um “novo” profissional, atua de maneira que o mesmo desenvolva habilidades com o uso das tecnologias, ora fazendo pesquisas a respeito de sua profissão, ora buscando novos conhecimentos a respeito da Educação e das constantes mudanças sociais. Esse trabalho é perceptível através da ementa da disciplina



de Informática Básica que desenvolve habilidades sobre “Tecnologias da Informação; Internet e acesso à tecnologia de informação no Brasil; Tecnologias e mercado de trabalho; A informática na formação do trabalhador” (MEC & UFMT, 2015, p. 116), entre outras.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo evidenciado neste trabalho, podemos concluir que o Programa adotado pelo Decreto Nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, e posteriormente substituído pelo Decreto nº 8.752/2016, que fixa novos dispositivos para a política de formação dos profissionais da educação e exige uma postura de cooperação entre os poderes públicos e as entidades representadas sob responsabilidade do MEC. Logo passou a se concretizar em virtude do Seminário Nacional sobre Política de Valorização de Trabalhadores em Educação – Em Cena os Funcionários de Escola.

Desta forma, é passível de perceber que políticas adotadas pelo governo permitem a construção e a aquisição de conhecimentos e de competências. Através do Programa Profucionário, contribui-se para o crescimento da identidade profissional de todos os envolvidos no contexto educativo e educacional.

Concluimos, então, que com a oferta de cursos pela Rede e-Tec Brasil, os estudantes tornam-se mais autônomos, com auxílio, em especial, de tutores que fazem a mediação pedagógica necessária, para o crescimento intelectual e digital deste público. A oferta destes cursos visa garantir uma formação continuada com qualidade aos funcionários e profissionais da educação no Brasil, proporcionando que este conhecimento seja introduzido nas práticas pedagógicas das escolas, através das Práticas Profissionais Supervisionadas.

Forma-se assim, uma combinação entre o uso da tecnologia, meios de comunicação e a utilização do material didático para um processo pedagógico eficiente, já que, verificamos que a PPS, concebida pelo Profucionário, transforma as atividades rotineiras, exercidas pelo funcionário da escola, em práticas educativas intencionais. Essa metodologia de prática planejada e refletida, promove a problematização permanente da rotina e a criação de outras possibilidades práticas com base nos estudos realizados pelo estudante no desenrolar do cursos e dos componentes curriculares, além é claro das necessidades educativas específicas de cada escola.

Considera-se portanto, que de alguma forma a educação profissionalizante brasileira de nível médio obteve avanços significativos nos últimos anos em consequência da criação do programa Rede e-Tec Brasil, haja visto

que, como defendida por inúmeros autores, a aprendizagem é um processo contínuo. Diante do exposto neste estudo e constatado ao longo da nossa prática pedagógica, enquanto bolsistas da Rede e-Tec Brasil, com o Programa Profundonário e seus cursos de formação voltada exclusivamente à valorização e profissionalização dos profissionais da educação em atuação nas funções não docentes das escolas, percebe-se relevante contribuição destes para a nossa própria formação.

Neste sentido o Programa Profundonário vem oportunizando também, significativa formação continuada aos que nele atuam enquanto gestores, docentes e tutores. Ao efetivar os estudos e atividades do Programa com os estudantes, há a descoberta de inúmeras possibilidades de ressignificação da prática educativa e tomada de consciência da importante função social da docência, da mediação e da escola. Assim, quem atua com esses cursos, vai percebendo e descobrindo formas de aliar teoria e prática, acrescentando conhecimentos e momentos de reflexão que acredita-se nos encaminham para o repensar das nossas ações, levando-nos a procura das mais adequadas estratégias de atuação profissional, para que os estudantes sintam-se valorizados e compreendam o quanto suas e nossas práticas educativas cotidianas, são importantes e relevantes dentro do âmbito educacional e social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2012). Orientações Gerais. 4 ed. atualizada e revisada. Brasília: Setec/MEC. Disponível em <<http://redeetec.mec.gov.br/index.php/home>> Acesso em 01 de out. de 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2015). Orientações Gerais. 4 ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.
- BRASIL (2016). Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. Rede e-Tec Brasil.
- BRASIL (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 1/92 a 19/98 e pelas emendas constitucionais de revisão n. 1 a 6/94. 10 ed. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

MONLEVADE, João Antonio C. (2008). *Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores*. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília/Centro de Educação a Distância.

\_\_\_\_\_ (2009). História e construção da identidade: compromissos e expectativas. *Revista Retratos da Escola*, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez..

MORAES, José Valdivino de (2009). *A profissionalização do funcionário e a democratização da gestão da escola do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino (2006). *Os funcionários da Educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola*. Brasília, p. 73.